



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Ata n.º 91 / XIII / 2.ª SL

Aos quatro dias do mês de julho de 2017, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados Coordenadores, com a seguinte,

Ordem do Dia:

Audiência da Amnistia Internacional Portugal sobre a detenção do diretor da Amnistia Internacional Turquia.

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor **Vice-Presidente da Mesa, Deputado Pedro Filipe Soares**, o qual começou por dar as boas-vindas aos Requerentes **Dr. Pedro Neto e Dra. Catarina Prata**, diretor-executivo e coordenadora de Investigação e Advocacia da **Amnistia Internacional Portugal**, respetivamente. Após a apresentação dos Requerentes e dos Senhores Deputados Coordenadores, foi dada a palavra aos Requerentes.

Tomou a palavra o **Dr. Pedro Neto**, começando por agradecer o facto de serem recebidos pelos Senhores Deputados Coordenadores da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (Comissão) e referir que já haviam, anteriormente, reunido com alguns dos Grupos Parlamentares presentes obre o assunto em causa.

Recordou a difícil situação política e social vivida na República da Turquia, com a detenção de vários cidadãos da sociedade civil e agora também aqueles ligados à defesa dos Direitos Humanos. As detenções em causa são arbitrárias, encontrando-se vários cidadãos detidos sem fundamento legal. De entre eles, foi detido recentemente o diretor da Amnistia Internacional Turquia, juntamente com 20 advogados.

Assim, no seguimento da tomada de posição pelo Grupo Parlamentar do BE, a **Amnistia Internacional Portugal** entendeu ser oportuno pedir uma audiência à Comissão.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

De seguida, tomou a palavra a **Dra. Catarina Prata** para relembrar que a República Portuguesa se encontra vinculada à Convenção Europeia dos Direitos do Homem tendo, por isso, a obrigação moral de tomar posição sobre a detenção arbitrária de defensores dos Direitos Humanos na República da Turquia, tal como o fizeram outros Estados-membros da União Europeia, tais como, a República da Áustria, o Reino da Dinamarca, a República Federal da Alemanha, entre outros.

Fez menção à reunião havida com a Senhora **Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação**, com o objetivo de sensibilizar o Governo Português para este caso. Explicitou que o objetivo da **Amnistia Internacional Portugal** é o de que sejam envidados esforços, junto da representação diplomática da República da Turquia em Portugal para, entre outros, esclarecer quais os fundamentos legais para a detenção do diretor da **Amnistia Internacional Turquia**.

A finalizar, referiu uma frase relativa ao discurso proferido pelo Senhor **Ministro dos Negócios Estrangeiros** na Conferência sobre os 30 anos da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, que teve lugar no Palácio das Necessidades, no dia 26 de junho de 2017, dizendo que os nossos interesses são os nossos valores. Nessa medida, a **Amnistia Internacional Portugal** apela a que a Assembleia da República tome posição.

Terminada a intervenção dos Requerentes, o Senhor **Presidente da Mesa** deu a palavra ao Senhor **Deputado Coordenador José Cesário (PSD)**.

Tomou a palavra o Senhor **Deputado Coordenador**, começando por cumprimentar e agradecer a presença dos Requerentes, prosseguindo para assinalar a importância dada pelo seu Grupo Parlamentar à aproximação da República da Turquia a várias organizações internacionais tais como a UE, a NATO e o Conselho da Europa, nunca perdendo de vista a relevância que deve ser dada ao respeito pelos Direitos Humanos.

Nessa medida, considera ser importante que o seu Grupo Parlamentar proponha um voto de condenação em Plenário, sobre a postura tomada pela República da Turquia, por considerarem que tal é coerente com a postura do seu Grupo Parlamentar sobre a necessidade de aproximação daquela às organizações internacionais referidas.



Terminada a intervenção, tomou a palavra o Senhor **Deputado Coordenador Paulo Pisco (PS)** para cumprimentar os Requerentes e referir que o assunto que trazem à Comissão constitui uma preocupação do seu Grupo Parlamentar, pelo que, acompanham a situação com muita preocupação, dada a degradação do respeito pelos Direitos Humanos vivida naquele país, a qual foi acelerada pela arbitrariedade desta detenção.

Entende, por isso, tal como foi referido pelos Requerentes, que os nossos principais interesses são de facto os nossos valores, sendo a perseguição e detenção das pessoas visadas incompreensível. Nessa medida, considera que a Assembleia da República deve tomar uma posição repúdio por estas detenções, uma vez que, esta não prejudica as relações bilaterais com a República da Turquia.

Terminada a intervenção, tomou a palavra a Senhora **Deputada Coordenadora em exercício Domicilia Costa (BE)**.

A Senhora **Deputada Coordenadora** iniciou a sua intervenção cumprimentando e agradecendo a presença dos Requerentes, lembrou que o seu Grupo Parlamentar reuniu, em data anterior, com os Requerentes, aproveitando, mais uma vez, para expressar os seus votos e os do seu Grupo Parlamentar de solidariedade.

Nessa medida, é entendimento do seu Grupo Parlamentar que esta situação deverá ser discutida em Plenário, uma vez que, relembra em todos os seus contornos os tempos do fascismo e, por essa razão, faz todo o sentido uma tomada de posição que demonstre uma veemente oposição a um regime político que tem uma atitude fascista face aos seus cidadãos.

Terminada a intervenção, tomou a palavra a Senhora **Deputada Coordenadora em exercício Carla Cruz (PCP)**, para cumprimentar os Requerentes e demonstrar a preocupação sentida do seu Grupo Parlamentar pela escalada de violência sentida na República da Turquia. Relembrou que o seu Grupo Parlamentar tem denunciado a situação vivida naquele país em diversas ocasiões, não se opondo à apresentação de uma iniciativa conjunta.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Esclareceu, no entanto, que o seu Grupo Parlamentar reserva-se o direito de tomar uma posição perante um texto concreto de repúdio e não assume, sem o conhecer, se é subscritora do mesmo.

Terminada a intervenção, o Senhor **Presidente da Mesa** tomou a palavra para si próprio sugerindo a elaboração de um texto a apresentar na reunião da Comissão do dia seguinte, para ser aprovado por todos os Grupos Parlamentares, uma vez que, o Grupo Parlamentar do CDS não esteve presente.

O Senhor **Presidente da Mesa** deu novamente a palavra ao **Dr. Pedro Neto**, o qual agradeceu a manifestação de repúdio da Assembleia da República, oferecendo a colaboração da **Amnistia Internacional Portugal**, através do envio de documentos que possam instruir o voto de condenação. Fez referência, ainda, à audiência havida na **Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias** e à que terá lugar com o Grupo Parlamentar do CDS, após a presente audiência.

O Senhor **Presidente da Mesa** tomou, por fim, a palavra para esclarecer que os documentos a serem enviados pela **Amnistia Internacional Portugal** serão distribuídos por todos os Grupos Parlamentares e agradeceu a disponibilidade dos Requerentes para virem à Comissão.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezassete horas e dez minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de S. Bento, 17 de julho de 2017

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os Senhores Deputados seguintes:

José Cesário

Paulo Pisco

Pedro Filipe Soares

Carla Cruz

Domicilia Costa